



PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A. Companhia Aberta CNPJ 51.928.174/0001-50

PERFIL

Plascar S.A.: A Plascar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), através de sua subsidiária Plascar Ltda., atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores, nos mercados originais e de reposição para montadoras do Brasil.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhares de R\$)	2021	AH%	2020
Receita líquida	612.684	66%	369.188
Resultado bruto	46.297	1.086,7%	(4.692)
Despesas financeiras	(81.282)	148,9%	(32.663)
Prejuízo líquido	(122.230)	4,5%	(117.013)
EBITDA	17.415	178,2%	(22.277)
Dívida líquida ⁽¹⁾	126.506	21,0%	104.556

⁽¹⁾ Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida Líquida corresponde a Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, caixa reserwa e dos títulos e valores mobiliários vinculados. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Abaixo apresentamos a reconciliação de Dívida Bruta e Dívida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

(Em milhares de R\$)	2021	AH%	2020
Empréstimos, financiamentos (circulante e não circulante)	138.993	0,5%	138.237
(-) Dívida Bruta	138.993	0,5%	138.237
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.487)	(62,9%)	(33.681)
Dívida Líquida⁽¹⁾	126.506	21,0%	104.556

O ano de 2021 foi marcado por um cenário desafiador para todo o setor automotivo, com falta de componentes particulares e semicondutores e aumentos expressivos de preços de matérias primas, decorrentes da crise gerada pelo COVID-19 e por suas consequências em toda a cadeia global de suprimentos, notadamente o desequilíbrio de preços entre produtos acabados e matéria prima e seus componentes no setor automotivo. As paradas das montadoras devido à falta de componentes eletrônicos, exigiu que a Companhia despendesse um grande esforço para adequação da capacidade produtiva e planejamento de produção. O período também trouxe desafios relacionados aos aumentos de custos de matéria prima e o ambiente inflacionário atual. Tal situação vem sendo combatida pela empresa através de um intenso processo de equilíbrio de preços aos clientes, desenvolvimentos de engenharia e busca por eficiência operacional de modo a atenuar o impacto de tais fatores.

Apesar deste cenário desafiador, a Plascar apresentou um aumento importante de volume e, consequentemente, de sua receita líquida, que atingiu R\$ 612.684 em 2021, um aumento de 66% em relação a 2020 (R\$ 369.188) e 50,3% em relação a 2019 (R\$ 407.550), impulsionado, principalmente, pela entrada em produção de novos projetos. Outro fator que impactou o crescimento de volume em relação ao ano de 2020 foi a retomada da produção dos clientes da Companhia após as paradas decorrentes da COVID-19, já no comparativo com o 3T1, o 4T12 manteve seu ritmo de crescimento e apresentou uma melhoria de 1,8% em seu faturamento nos trimestres comparados. O resultado líquido da Companhia, por sua vez, somou prejuízo de R\$ 122.230 em 2021. Eliminando-se os itens não recorrentes registrados no ano, sendo i) R\$ 20.629 - *Impairment* sobre créditos fiscais e ii) R\$ 25.137 - provisão de encargos

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

débitos fiscais no âmbito da Procuradoria, os quais estão em processo de negociação - parcelamentos), o prejuízo ajustado em 2021 totaliza R\$ 76.464, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 somou prejuízo de R\$ 117.013. Tal resultado ainda está aquém do esperado pela Administração, uma vez que a reversão desse quadro se dará pelo aumento do EBITDA, em períodos futuros, através do crescimento da receita da Companhia decorrente do início de produção de novos projetos, que deverá ser suficiente para compensar os volumes de depreciação e despesa financeira correntes. Vale também destacar que tais eventos não recorrentes foram contabilizados nas contas de resultado financeiro, levando a um impacto ainda pior do que o apresentado em 2020 nesta rubrica.

(Em milhares de R\$)	2021	2020
Prejuízo líquido	(122.230)	(117.013)
Eliminação dos itens não recorrentes	-	-
(+) Impairment sobre créditos fiscais	20.629	-
(+) Provisão de encargos débitos Procuradoria	25.137	-
(=) Prejuízo líquido ajustado	(76.464)	(117.013)

Abaixo segue conciliação do prejuízo do exercício para o EBITDA com as demonstrações financeiras da Companhia:

(Em milhares de R\$)	2021	2020
Prejuízo do exercício	(122.230)	(117.013)
Resultado financeiro	81.282	32.663
Imposto de renda e contribuição social	92	703
Depreciação e amortização	58.271	61.370
EBITDA⁽¹⁾	17.415	(22.277)

⁽¹⁾ EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 (ICVM 527), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa dos exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotem a mesma definição. Em relação à rentabilidade, a Administração presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contábil entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos aspectos de controle. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa da mesma Companhia, relacionados com transações da Companhia, são apresentados em valores eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. 2.3. **Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte, que é o setor de autopeças (automotivo). 2.4. **Conversão de moeda estrangeira:** A moeda nacional e a moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras foram apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. (ii) **Saldo e câmbio:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são contatizados pelo custo amortizado. O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo de juros efetivos e a metodologia de mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor justo. 2.5.2. **Reconhecimento:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou "custos" respectivamente, no período em que ocorrem. 2.5.3. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, adiantamento de clientes e partes relacionadas. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos e também não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2021 e 2020. 2.5.4. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. 2.5.5. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo de redução de valor. O modelo de redução de valor exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A "provisão para perdas de crédito esperado", é constituída em montante considerável suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data

MERCADO AUTOMOTIVO

Segundo dados da ANFAVEA, a produção de veículos em 2021 teve um aumento de 11,6% sobre igual período do ano de 2020, somando 2.248 milhão de unidades no país:

Cenário Automotivo	FONTE: ANFAVEA - BRASIL		VAR. %
	2020	2021	
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	2.014	2.248	11,6%
VENDAS DE VEÍCULOS	2.058	2.120	3,0%

Apesar do resultado abaixo da expectativa, que era de 25%, o volume apresentado é visto pela ANFAVEA como um cenário consistente com outros mercados como os Estados Unidos por exemplo, ainda que haja uma preocupação acerca do abastecimento de componentes, cujo desequilíbrio que persiste na cadeia tem afetado as linhas de muitas montadoras, que passaram a promover paradas na produção com regularidade. A Companhia vem registrando significativa melhoria em termos de liquidez e estrutura de capital, devido, principalmente, ao sucesso na renegociação de certos passivos e melhora nos resultados.

INVESTIMENTOS

O ano de 2021 também foi destaque por grandes investimentos pela Plascar, o desenvolvimento de novos projetos e seus respectivos moldes ocasionou um aumento dos estoques, além de investimentos "CAPEX" para manutenção de equipamentos e a construção de nova unidade fabril em Cacapava-SP. Tais investimentos foram necessários para atender a produção atual e os novos projetos, buscando a melhoria da produtividade e redução de custos, totalizando "CAPEX" em 2021 de R\$ 63 milhões (R\$ 7 milhões em 2020). "Capital Expenditure" consiste nas despesas de capital, como investimento em ativo imobilizado, como máquinas, equipamentos e outras benfeitorias nas instalações da Companhia.

RECURSOS HUMANOS

A despeito das adversidades econômicas no país, a Companhia continua investindo no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com aproximadamente 30,81 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), focados em aprendizagem do SENAI, estágios, além de treinamentos com desenvolvimento técnico e operacional. A Companhia encerrou o ano de 2021 com um quadro de 1.872 colaboradores (1.728 em 2020).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) foram realizadas pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Informamos que no exercício de 2021, a Companhia contratou, junto aos seus auditores, serviço não relacionado à auditoria externa no valor de R\$ 22 (R\$ 22 em 2020), não ultrapassando 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa. A política da Companhia e sua controlada na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que pressem a independência do auditor independente, que são: auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer função de gerência em seu cliente e o auditor não deve advogar para seu cliente.

AGRADECIMENTOS

Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e nos apoiaram durante o transcorrer do exercício de 2021, dentre os quais, os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Instituições financeiras, Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia. Juindial, 14 de março de 2022. A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida (Nota 23)	-	-	612.684	369.188
Custos dos produtos vendidos (Nota 24)	-	-	(566.387)	(373.880)
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	46.297	(4.692)
Despesas operacionais	-	-	-	-
Impostos e contribuições a pagar (Nota 24)	-	-	(28.887)	(22.603)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(1.808)	(1.549)	(55.883)	(52.411)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 12)	(120.487)	(115.525)	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	-	-	(2.383)	(3.941)
(122.295)	(117.074)	(87.153)	(78.955)	
Prejuízo antes do resultado financeiro	(122.295)	(117.074)	(40.856)	(33.067)
Resultado financeiro	-	-	-	-
Despesas financeiras (Nota 25)	(22)	(22)	(95.893)	(53.065)
Receitas financeiras (Nota 25)	87	83	14.611	20.402
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10.c)	6	6	(81.282)	(32.663)
Outros resultados abrangentes	-	-	(92)	(703)
Prejuízo do exercício	(122.230)	(117.013)	(122.230)	(117.013)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo por ação de operações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por lote de ações)	-	-	(0,84)	(9,42)
Prejuízo básico por ação (Nota 22)	-	-	(6,15)	(5,89)
Prejuízo diluído por ação (Nota 22)	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	(122.230)	(117.013)	(122.230)	(117.013)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(122.230)	(117.013)	(122.230)	(117.013)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social		Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados		Total
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	931.455	-	405	-	1.004.063	-	(72.203)
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	(106)	-	-	-	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	36	-	36	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(117.013)	-	(117.013)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	931.455	-	335	-	(1.121.006)	-	(189.216)
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	(21)	-	21	-	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	7	-	(7)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(122.230)	-	(122.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	931.455	-	321	-	(1.243.222)	-	(131.446)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(122.230)	(117.013)	(122.138)	(116.310)
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(122.230)	(117.013)	(122.138)	(116.310)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais:	-	-	-	-
Depreciação (Nota 13)	-	-	34.983	37.774
Amortização (Nota 14)	-	-	23.122	23.443
Perda na alienação de bens do ativo imobilizado	-	-	182	160
Juros e variação monetária, líquidos	-	-	89.149	45.346
Provisão para demandas judiciais (Nota 19.b)	-	-	6.061	11.052
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 12)	120.487	115.525	-	-
Const. de caixa (des)ativadas de financiamento em estoques a valor de mercado e obsolescência (Nota 8 e 24)	-	-	23	47
Constituição (redução) de provisão para créditos duvidosos (Notas 7 e 24)	(1.743)	(1.488)	384	1.747
(Acrescimo) decréscimo nas contas de ativo:			32.366	3.259
Contas a receber de clientes	-	-	26.281	(34.461)
Estoques	-	-	(75.372)	1.384
Tributos a recuperar	-	-	12.673	27.794
Depósitos judiciais	-	-	1.786	689
Outras contas do ativo, líquidas	-	-	(325)	25
Outras contas do ativo, líquidas	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	35.779	14.044
Salários, férias e encargos sociais a pagar	-	-	47.218	31.589
Adiantamentos de clientes	-	-	30.521	8.456
Impostos e contribuições sociais a recolher	(5)	(3)	(6.136)	(17.082)
Provisão para demandas judiciais (pagamentos) (Nota 19.b)	-	-	(11.109)	(6.897)
Outros passivos, líquidos	-	-	23.191	23.895
Juros pagos	-	-	(17.352)	(12.028)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(1.748)	(1.491)	52.134	23.817

Fluxos de caixa das atividades de investimento.

Aquisição de imobilização (Nota 13.b)

Caixa líquido usado nas atividades de investimento

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos (Nota 15)

Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal) (Nota 14 e 15)

Aumento líquido em mútuos a receber de partes relacionadas

Atividades de financiamento

Acrescimo líquido no caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas	-	-	-	-
Receita operacional bruta, deduzida de devoluções e abatimentos	-	-	742.539	447.910
Outras receitas	-	-	-	19
Provisão para créditos duvidosos	-	-	-	

continuação

14. DRETO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição e movimentação sumária do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos
Direito de uso de ativos

	2021	2020
Saldo inicial em 1 de janeiro	21.672	35.766
Adições (1)	17.054	-
Reajustes	-	9.349
Amortização	(23.122)	(23.443)
Saldo final em 31 de dezembro	15.604	21.672
Passivos de arrendamento		
Saldo inicial em 1 de janeiro	45.552	60.298
Adições (1)	17.054	-
Reajustes	-	9.349
Reputação (2)	-	(24.532)
Juros	4.160	4.038
Pagamentos	(11.232)	(3.601)
Saldo final em 31 de dezembro	55.534	45.552
Circulante	1.546	23.175
Não circulante	53.988	22.377
	55.534	45.552

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de um novo contrato. O montante inicial do ativo e passivo foi de R\$ 17.054. A Administração considerou que taxa incremental é de 6,5% para desconto da dívida ao valor presente (AV). (2) Após reputação da dívida dos aluguéis vencidos em janeiro de 2020, a Companhia reclassificou parte do montante para Outros Passivos no não circulante, vide Nota 19.b. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia arrou despesa de R\$ 225 (R\$ 147 em 2020) de referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos. b) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	2021	2020
2021	-	23.175
2022	1.546	22.377
2023 em diante	53.988	22.377
	55.534	45.552

c) Informações adicionais - Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 2.2019. Em conformidade com o Ofício CIRCULARAV CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e renormatização do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal). Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os impactos da inflação são observados no mercado de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras. A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2022	2023	2024	2025 em diante
Passivo de arrendamento				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(55.534)	(15.891)	(13.675)	(11.311)
Projeção nominal e taxa nominal	(62.959)	(17.481)	(14.470)	(11.763)
Direito de uso de ativos				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	15.604	13.427	11.249	9.072
Projeção nominal e taxa nominal	22.365	14.770	11.903	9.435
Encargos financeiros				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	4.160	1.129	994	849
Projeção nominal e taxa nominal	4.475	1.242	1.052	875
Despesa de amortização do direito de uso				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	23.122	2.177	2.177	2.177
Projeção nominal e taxa nominal	23.728	2.395	2.304	2.264

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Resumo dos empréstimos

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros em 31/12/2021	2021	2020
Capital de giro - média nacional	Encargos de mercado	138.993	138.237
Circulante		138.993	138.237
Não circulante		87.462	118.373
		138.993	138.237

Parte da composição do saldo dos empréstimos, R\$ 26.525 deve-se a dívida junto ao BNDES relativa a períodos anteriores que foi renegociada pela Companhia na época. Durante o período de 1 ano a Companhia captou um montante de R\$ 19.699 em novos empréstimos.

b) Movimentação

	2021	2020
Em 1º de janeiro total de capital de giro	138.237	135.458
(+) Captações	19.699	21.547
(-) Pagamento de principal	(19.821)	(20.207)
(-) Pagamento de juros	(14.737)	(10.706)
(+) Provisão de juros	15.615	12.145
Em 31 de dezembro total de capital de giro	138.993	138.237

O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

	2021	2020
2022	-	26.711
2023	-	21.178
2024	-	10.957
2025 em diante	-	28.616
	-	87.462

c) Detalhe dos empréstimos por instituição financeira

Resumo dos empréstimos	Brasil	Fibra	BDMG	Alfa	Itaú	Bradesco	CEF	Daycoval	Sofisa	Outros	Total
Capital giro - média nacional	20.258	15.439	24.778	7.087	15.106	17.083	11.103	6.863	9.846	11.430	138.993
% em relação ao total	14,5%	11,1%	17,8%	5,1%	10,9%	12,3%	8,0%	4,9%	7,1%	8,3%	100%

Os empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais. A Companhia não possui cláusulas restritivas em seus empréstimos junto a instituições financeiras durante o período de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

16. FORNecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	71.532	35.747
Fornecedores internacionais (Nota. 4.1)	1.298	1.139
	72.830	36.886

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias.

17. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	2021	2020
Encargos sociais	136.922	81.953
Indenizações trabalhistas	419	1.129
Provisão férias	19.150	17.109
Provisão para participação nos resultados	12.789	11.300
Outros	742	43
	170.222	111.534
Circulante	160.757	101.168
Não circulante	9.265	10.366

Em junho de 2021, a Companhia foi notificada pela Receita Federal, através de auto de infração e imposição de multa, no qual exigiu a cobrança de contribuições previdenciárias e de terceiros sobre valores pagos a título de lucros (PLR) aos colaboradores no exercício de 2017, em desacordo com a Lei 11.011/2000. O montante corrigido do auto de infração em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.081 e, após o esgotamento da discussão em esfera administrativa, a Companhia optou por regularizar o passivo através da adesão ao programa de transação tributária autorizado pela portaria PGFN 11/2021, de forma parcelada e com descontos a serem aplicados após homologação da transação. A Companhia registrou a provisão desse montante, o qual está devidamente inserida na linha de "Encargos Sociais" em contrapartida a rubrica Outros despesas operacionais (Valor original) e Despesas financeiras (Encargos).

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2021	2020
Fiat Automóveis	3.268	4.800
Marcopolo	23.343	3.025
VW	17.672	2.557
Calsonic Kamsel	-	1.429
Scania	-	2.121
Mercedes Benz	1.077	597
DAF	2.432	330
Volvo	2.000	325
Outros	1.815	325
	51.608	15.184

19. COMPROMISSOS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Reputação da dívida de aluguel: A Companhia concluiu em janeiro de 2020, a reputação de sua dívida de aluguel em atraso cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 137.754, registrado na rubrica "Outros passivos" e "Passivo de arrendamento" no circulante. Com a conclusão desta negociação, a dívida atualizada foi parcelada, com carência acima de um ano para início dos pagamentos. O saldo foi transferido para a rubrica "Outros Passivos" no não circulante em janeiro de 2020. b) Processos judiciais - valores envolvidos e critérios de provisão contábil para casos de perda provável: A Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza trabalhista (e previdenciária), cível e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para

classificação do risco de perda é estimado como "remoto", "possível" e "provável", sendo que "remoto" indica risco mínimo de perda, "possível" indica risco moderado de perda e "provável" indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado. Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa a atual situação econômica de cada processo. Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como "provável", a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente aos valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contabilidade judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo. Além disso, a Companhia adota como política a realização de provisão mensal dos processos trabalhistas classificados como risco de perda "possível" para os quais a Companhia estima que serão celebrados acordos judiciais para liquidação e encerramento das reclamações antes de serem iniciadas as fases executórias. Após análise realizada pelos assessores jurídicos, a Companhia revisou os percentuais de acordos históricos efetulados e resolveu complementar estas provisões em R\$ 3.142. Os impactos dessa revisão foram registrados em sua totalidade no 3º trimestre de 2020. Considerando os processos com risco de perda, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

	2021	2020
Provisões previdenciárias e trabalhistas	6.502	11.550
	6.502	11.550

A movimentação da provisão para demandas judiciais, em 2021 e 2020, está assim representada:

	2021	2020
Saldo inicial	11.550	7.395
Adições	6.061	11.052
Pagamentos	(11.109)	(6.897)
Saldo final	6.502	11.550

c) Estimativa de perdas "possíveis", não provisionadas no balanço: Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como "possível" ou "remoto", não há provisão de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (Valor inicial). Para medidas que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda. Considerando os processos com risco de perda "possível", não provisionados, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

	2021	2020
Tributárias (1)	151.653	4.340
Trabalhistas	10.971	13.537
Cível	4.185	4.257
	166.809	12.134

(1) Deve-se principalmente aos débitos fiscais os quais estão em processo de negociação junto a Procuradoria. d) Ativos contingentes relevantes: Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRAS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente. (i) O processo contra ELETROBRAS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já havia dado início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. No início de 2020, no entanto, por intermédio de seus assessores externos, a Companhia tomou o compromisso de uma sua possível cessão de direitos, que não se realizou em maio de 2003, pela qual a titularidade e os benefícios econômicos oriundos desse processo seriam cedidos a terceiros. Não tendo identificado internamente elementos que confirmassem tal cessão de direitos, a Companhia se manifestou nos autos, requerendo mais informações sobre o assunto e, neste momento, aguarda manifestação do juízo. (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo concedido à Plascar o direito líquido e certo de recebimento do valor de R\$ 2.237 (Nota 9). Referido valor, contudo, foi objeto de questionamento pela Companhia, o que se refere à sua atualização monetária, não considerada pelo tribunal. Pendente ainda definição sobre referida atualização e, por consequência, o valor correto a ser liquidado em favor da Companhia, cuja estimativa dos assessores legais indica a importância R\$ 8.585.

20. OUTROS PASSIVOS

	2021	2020
Aluguéis a pagar (Nota 19.a)	137.754	137.754
Credores diversos - acordos firmados	82.018	97.814
Outros passivos	14.192	15.727
	233.964	251.295
Circulante	40.265	30.919
Não circulante	193.699	220.376
	233.964	251.295

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 931.455 dividido em 12.425.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	2021	2020
Acionistas	Quantidade de ações	Participação
Pádua IV Participações	7.454.491	60,0%
Permail do Brasil	2.290.953	18,4%
Postalis	2.292.712	7,1%
Outros acionistas	1.795.262	14,5%
	12.425.418	100%

O preço de Emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada por seus atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, §1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo. Bônus de subscrição: A Companhia emitiu em favor e com vantagem adicional aos subscritores das ações do Aumento de Capital, mediante alinhamento de metas de EBITDA da Plascar Plásticos nos anos de 2020, 2021 ou 2022, 7.455.251 bônus de subscrição, em uma única série e sob a forma escritural e nominativa, sendo atribuído 1 bônus de subscrição para cada ação do Aumento de Capital subscrita. A outorga a seus titulares, em conjunto, concede o direito de subscrever ações da Companhia representando 5% do capital da Companhia pós emissão de tais ações. O preço para subscrição de 1 ação emitida em razão do exercício dos Bônus de Subscrição será de R\$ 0,01 "Preço de Exercício". A subscrição das ações decorrentes do exercício de Bônus de Subscrição dar-se-á de forma particular, no ato do exercício do Direito de Subscrição, e a integralização das ações emitidas subscritas deverá ser realizada mediante o pagamento à vista do Preço de Exercício, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de tais ações. b) Reservas: Ajustes de avaliação patrimonial: Constituída pelo registro contábil da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado e respectivos impostos. Nesta rubrica, estão registrados também os impactos na mudança de participação da controladora na controlada de 99,89% para 100% após reestruturação financeira ocorrida em 31 de janeiro de 2019. c) Remuneração aos acionistas - distribuição de dividendos: De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas são assegurados o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

22. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos, básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares, exceto valores por ação):

	2021	2020
Prejuízo básico por ação:		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(122.230)	(117.013)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	12.425.418	12.425.418
Prejuízo básico por ações - R\$	(9,84)	(9,42)

	2021	2020
Prejuízo diluído por ação: (*)		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(122.230)	(117.013)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	19.880.669	19.880.669
Prejuízo diluído por ações - R\$	(6,15)	(5,89)

(*) Considera os potenciais ações a serem emitidas quando do exercício do Direito de Subscrição (Nota 21.a).

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Receita bruta de vendas	757.842	452.530
Impostos incidentes sobre vendas	(129.855)	(78.722)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(15.303)	(4.620)
	612.684	369.188

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (aliquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados - IPI (aliquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (aliquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social - COFINS (aliquotas de 7,60% e 10,80%).

24. ABERTURA DOS CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2021	2020
Matéria-prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal	(498.205)	(326.596)
Depreciação e amortização	(58.105)	(61.217)
Serviços de terceiros	(33.369)	(16.267)
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 7)	(984)	(1.747)
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 8)	512.638	(47)
Outros	(62.854)	(46.961)
	(653.540)	(452.835)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
Paulo Silvestri Presidente do Conselho de Administração	Rui Chammes Conselheiro	Edson Luiz da Silva Conselheiro	Claudio Batista Gerente de Contabilidade - Contador CRC 1SP170282/O-9
DIRETORIA EXECUTIVA		CONSELHO FISCAL	
Paulo Silvestri Diretor Presidente	Marcelo Casagrande Diretor de Operações Industriais	Edson Luiz da Silva Conselheiro	Claudio Batista Gerente de Contabilidade - Contador CRC 1SP170282/O-9
DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA)		PARECER DO CONSELHO FISCAL	
José Donizeti da Silva Diretor	Daniel Paulo Fossa Diretor Comercial	PARECER DO CONSELHO FISCAL	
DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA)		PARECER DO CONSELHO FISCAL	
Marcelo Ferreira do Nascimento Conselheiro	Charles Dimetrius Popoff Conselheiro	PARECER DO CONSELHO FISCAL	

O Conselho Fiscal da PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S/A, em reunião realizada no dia 10 de março de 2022, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, em processo de revisão final pela Ernst&Young Auditores Independentes S.S. Baseado nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda que o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis referidas acima sejam submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
---------------------------	--	-----------------	--